

“Apoios podem estimular recuperação económica”

Alemanha investiu nas universidades como estratégia para sair da crise.

PEDRO QUEDAS E MADALENA QUEIRÓS

pedro.quedas@economico.pt

Muitos países europeus estão a investir no ensino superior como forma de ajudar a sair da crise económica. Luísa Cerdeira desafia o governo português a fazer o mesmo.

A crise tem-se feito sentir especialmente no ensino superior. Como é que os governos têm atacado este problema?

Não existem fórmulas mágicas. Tanto na Alemanha como na Inglaterra, não houve qualquer corte no investimento no ensino superior. Eles entenderam que, num contexto de crise, o apoio ao ensino superior pode estimular a recuperação económica.

E que efeitos poderá ter esse apoio?

Hoje em dia ninguém está à espera que se gere riqueza de um momento para o outro, ou que, por milagre, os governos tenham recursos acrescidos. O que eu gostaria de ver no nosso país é um contexto em que as instituições conheçam, não numa base anual mas numa base contratualizada, o que podem ter. Podem haver metas específicas para cada instituição, mas tem de haver uma fórmula para, digamos, 70% do orçamento. Os restantes 30% podem ser competitivos, atribuídos por objectivos contratualizados.

De que forma se poderia melhorar a eficiência do ensino superior?

Podemos pensar se não temos excesso de universidades para a população que temos. Podíamos pensar em organizar consórcios, ou mesmo fusões, para a que as instituições se pudessem complementar para atingir maior dimensão e podermos competir em termos europeus. Também deveríamos pensar essa fusão com os institutos

politécnicos, só que a lei não o permite. Temos serviços que se poderiam complementar.

E como avalia o comportamento do governo?

A política seguida por este governo, pelo ministro Mariano Gago, fundou-se em duas medidas estruturais. Uma foi priorizar o financiamento pela ciência. Em três anos, as dotações que correram pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia aumentaram, entre 2006 e 2009, 142%. Simultaneamente, nas universidades, tivemos nominalmente uma redução de 6% em 2007 e fomos obrigados a pagar, pela primeira vez, a Caixa Geral de Aposentações, o que para nós é um estrangulamento.

Esse estrangulamento faz-se sentir mais em que áreas?

Uma universidade vive do capital humano, é aí que estão os custos. Na Universidade de Lisboa, 15% das nossas receitas próprias, das propinas, vão para a massa salarial, vão para pagar a Caixa Geral de Aposentações. Eu tenho uma tabela fixa de 2,9% de aumento salarial que tenho de pagar. O ministério até ao momento deu-nos 0%. Mas eu não me posso negar a pagar o aumento salarial. Porque o Estatuto da Carreira do Docente é de 1979 mas é a lei, não me posso negar a cumpri-lo.

Como estão todos estes problemas a afectar a Universidade de Lisboa?

Neste momento temos duas, três faculdades em que as despesas excedem as capacidades de receita. Mas globalmente, poderei dizer que a Universidade de Lisboa entra em ruptura? Isso não. Agora, ainda que eu respeite a posição contida que se tem de ter com a despesa pública, não é correcto que um governo decreta um aumento salarial e depois não transfira as verbas. ■

Data: 23.06.2009

Título: "Apoios podem estimular recuperação económica"

Pub: Diário Económico **Diário Económico**
Universidades


clipping
consultores

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 6

Paula Nunes



Luísa Cerdeira esteve no grupo de trabalho do Governo que na década de 90 preparou a primeira fórmula de financiamento do ensino superior.

Área: 472cm² / 48%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 2718794